

Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social

Lucia Rabello de Castro

Jane Correa

Instituto de Psicologia, UFRJ

Ao longo de três dias, de 20 a 22 de outubro de 2004, reuniram-se no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro cerca de 600 pessoas - pesquisadores, docentes, profissionais, estudantes, voluntários e agentes comunitários - para discutir as questões da juventude brasileira e do mundo.

O Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira - JUBRA, promovido pelo NIPIAC¹ que acontecia naquele momento, chamou pouco a atenção da mídia, pois não revelou nenhum fato noticioso sobre a juventude contemporânea que comovesse, talvez de modo passageiro, a população. No entanto, os aproximadamente 400 trabalhos que foram discutidos no JUBRA, trouxeram um quadro extremamente amplo, diverso e atual de quem são, como vivem, o que fazem e o que querem os jovens de hoje.

Ficou claro para todos os que participaram que as questões da juventude - os problemas que os jovens enfrentam, os modos de vida que escolhem, as idéias que professam - são complexas, e necessitam de compreensão apurada. Essa compreensão não resulta de tentativas de colocar as questões de modo binário, por exemplo, os jovens são assim *ou* assado, fazem isso *ou* aquilo, obtendo-se uma imagem de fácil absorção, porém, imprecisa da juventude. Sobretudo, as questões que atingem a juventude contemporânea, não podendo encapsular-se numa única chave de respostas, devem ser submetidas a um escrutínio lento que nem sempre gera saberes acabados e totalizadores.

Um exemplo a propósito pode ser tirado da enorme quantidade de informações sobre jovens em risco social, sobre os quais as manchetes noticiosas de jornais e revistas alardeiam números e estatísticas de modo a dar uma visão imediatista da situação. Medidas

¹ NIPIAC é o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e programas governamentais são, freqüentemente, tomados em cima da realidade objetiva dos números como se eles falassem por si mesmos. No entanto, algumas perguntas devem ser respondidas de forma qualificada: quais os fatores que seriam necessários para a integração de jovens em condições de risco social às redes de educação, trabalho e sociabilidade? Que programas sociais, e com que características, seriam eficazes para trazer para a escola e/ou o trabalho o jovem que se encontra na rua e no tráfico? Alguns trabalhos apresentados no JUBRA apontaram, por exemplo, que muitos programas não são bem sucedidos por não levarem em consideração as perspectivas e os valores dos próprios jovens, e o que esses teriam a agregar aos programas que os atendem, por mais qualificados que sejam os últimos. Assim, poucos benefícios trazem os programas implantados 'de cima para baixo' onde os jovens não se vêem reconhecidos naqueles objetivos e nos procedimentos que são utilizados para atingí-los. Ao não lhes ser dada a oportunidade de questionar e fazer sentido por si mesmos do que se lhes oferece, os jovens não se sentem de fato interpelados a fazer mudanças significativas nas suas vidas e vencer as dificuldades a que esse movimento de mudança predispõe.

Freqüentemente, programas bem planejados e qualificados não surtem o efeito desejado e pouco fazem para reduzir a exclusão social de jovens, se não se estabelece com o usuário, no caso os jovens atendidos, um tipo de interação onde haja espaço para discussão e questionamento dos objetivos assinalados, por mais meritórios que sejam. Por isso mesmo, não significa muito dizer que tantos por cento de jovens são atendidos pelo projeto X ou Y, ou tantos por cento fizeram parte do programa B ou C, e assim por diante... Ao avaliar o impacto de programas e projetos sobre a juventude é imprescindível levar em conta as transformações que esses operaram nas suas vidas e nas suas escolhas, assim como em suas idéias, percepções e afetos.

Neste sentido, fica claro que uma visão mais ligeira, ainda que crivada de estatísticas que usualmente têm o apelo de reduzir situações complexas à concretude e objetividade dos números, só irá simplificar a compreensão sobre as questões da juventude fazendo-a aparecer através de suas imagens mais simplórias e superficiais, ainda que apelativas.

Os debates que se travaram durante o JUBRA sinalizaram a importância de se estabelecer uma visão aberta sobre a juventude, que se refaz e se corrige continuamente,

justamente por buscar integrar todas aquelas situações específicas e particulares que resistem às conceituações mais totalizadoras do que é ser jovem hoje. Aposta-se, então, no trabalho lento de construção do conhecimento permanentemente desestabilizado por rupturas e descontinuidades. Neste sentido, ele se mostra infindo, pois sempre se podem encontrar situações particulares que não se enquadram no que pensamos ou prevemos inicialmente. Portanto, a abertura é essencial, ela é que constitutivamente assegura a contínua e laboriosa atividade do pensamento necessária a compreender os jovens no contemporâneo, e sua inserção na cadeia das gerações.

Mais do que para gerações anteriores, ser jovem no mundo de hoje traduz, de modo exemplar, a busca individualizada de um modo de ser e de se realizar. Neste sentido, os jovens estão sozinhos para buscar e definir valores e condutas, assim como para avaliar as vicissitudes de suas escolhas. Beck, na sua análise sobre as condições de possibilidades de vínculos solidários num mundo individualizado, comenta que "as chances, os perigos e as ambivalências biográficas, que antes eram tomadas como responsabilidades da família, dentro da comunidade local, relativas a regras corporativas ou de classe social, devem ser agora tomadas como responsabilidade do indivíduo apenas, devendo ser interpretadas e elaboradas por ele. As oportunidades e o peso da definição e da tomada de responsabilidade das situações são transferidos ao indivíduo sem que ele, sob o ônus da grande complexidade das interações sociais que fundamenta as decisões que ele tem pela frente, esteja à altura da responsabilidade de avaliar os interesses, a moralidade e as conseqüências de seus atos" (1998:21). O destino coletivo de individualizar-se impõe a todos e aos jovens, que são empurrados a tomarem decisões sobre sua vida pessoal e profissional, a solidão e a angústia das escolhas. Sobretudo, impõe-se uma nova ética, qual seja, a de se buscar o que deve distinguir cada um, a distinção acima de tudo, como prova de capacidade pessoal.

A individualização como princípio moral (Souza, 2000) acarreta novas frentes de trabalho psíquico para os jovens que se vêem diante da tarefa de se construir como sujeitos singulares nas condições relativamente incertas do contemporâneo. A desregulamentação das trajetórias biográficas consolidadas institucionalmente pela via do trabalho e da conjugalidade dá lugar à situação paradoxal de maior amplitude de escolha e, simultaneamente, não ter o quê escolher. Por um lado, se expandem os horizontes num

mundo que oferece amplas oportunidades sem que haja uma determinação apriorística disso ou daquilo; por outro lado, não há um roteiro, um mapa que norteie onde há oportunidades, e como são, ou devem ser, as escolhas a serem feitas. Como reagiu um jovem numa dinâmica sobre perspectivas profissionais: "*Mas por que foi logo comigo que acabou o emprego?*" Ou seja, se a empregabilidade assegurava uma vida confortável e segura, um futuro sem grandes preocupações, o que vai acontecer com aqueles que não têm mais o emprego como certo?

Assim, as possibilidades individuais devem ser re-criadas no cenário diverso e fecundo, mas, ao mesmo tempo, esvaziado e árido do contemporâneo. Na cadeia das gerações, as reservas de sentidos que podem ser transmitidas aos jovens esmaecem em vigor arrefecendo talvez o estatuto da autoridade e da experiência. No entanto, nos impasses que se apresentam, todos, tanto mais velhos, como mais novos são interpelados à compreensão do presente.

As possibilidades individuais, ainda que disposições internas, abrigam-se e dependem dos desdobramentos da convivência e das lutas sociais consubstanciados nos recursos simbólicos e materiais disponíveis, que estão distribuídos de modo diferenciado segundo a idade, a origem social, o gênero e outros fatores. Portanto, o trabalho psíquico de construção individualizada de si ocorre *pari passu* à re-configuração do coletivo, ou seja, às formas como se acordam fins e meios, como se estabelecem valores e se legitimam recusas e sanções. Um dos aspectos mais relevantes, hoje, desta articulação entre os processos de individualização e construção do coletivo refere-se às formas de participação social dos sujeitos. É aí onde se atualizam tanto a realização da distinção individual como os acordos relativos aos destinos societários e às definições relativas ao que seja bem(ns) comum(ns) por que lutar.

Muito se comenta sobre a participação social (e também política) dos jovens, enfatizando-se seu pouco interesse pelas causas comuns, sua apatia e passividade frente ao que já está aí dado e sua desconfiança frente aos modos convencionais de fazer política (Welti, 2002; Minayo, 1999; Mische, 1997; Müxel, 1997). A situação dos jovens, que hoje se reclama como em certo sentido alienada, necessita ser melhor compreendida já que vem anunciar novos parâmetros do que seja participar e como.

A experiência modelar de confinamento dos jovens na família e na escola ao longo do último século, em que esses foram colocados distantes da 'vida real', do trabalho e das obrigações, excetuando-se os estudos, produziu um efeito de distanciamento em relação às questões da vida em sociedade. A política, como "o que trata da convivência entre os diferentes" (Arendt, 2002:21), passou a ser a 'causa' dos que a escolhiam como meio de vida e de trabalho, os políticos, eventualmente exercitada de modo universal pelo voto, sob o efeito mágico da maioria etária. Neste contexto, os jovens foram alijados do exercício da participação nos destinos da sociedade, como também da cultura. Ao afirmarem sua desconfiança em relação à política, tal como essa se inscreve hoje, reverberam sua posição de marginalidade em relação às exigências de construção do coletivo.

Parece contraditório que uma cultura que enalteça a juventude, que celebre estilos de ser e valores relacionados aos jovens, seja excludente em relação a eles. A inclusão planejada de personagens jovens na televisão, nas revistas, jornais e na publicidade, por exemplo, não assegura que os jovens estejam sendo reconhecidos no que trazem de singular à vida social atuando ativamente na construção de si mesmos e do coletivo. O enaltecimento da juventude choca-se com as condições estruturais que atingem 'preferencialmente' os jovens, tais como, a falta de oportunidades (desemprego, ociosidade), a vitimização pela miséria, por guerras, por mortes violentas e a moratória social em relação aos processos em que estão inseridos (a impossibilidade de tomar parte nas decisões como, por exemplo, sobre a gestão escolar e os conteúdos escolares,).

De um lado, a expansão de uma visibilidade do 'juvenil', em que pese sua forma previsível de aparecer associada à beleza, força, vida, felicidade; de outro, o atropelamento sistemático do reconhecimento dos jovens como atores singulares. Assim, a perspectiva coletiva que se estabelece sobre os jovens parece passar ao largo do que esses possam agregar de *realmente novo* à dinâmica cultural que segue projetando na juventude o que é oportuno para alguns. Vale lembrar aqui as palavras de Williams, que ao pensar sobre a participação de todos na construção da cultura, afirma: "Uma cultura, vivida, é sempre em parte desconhecida, em parte não atualizada... Fazer cultura é sempre exploratório, já que a consciência não pode preceder à criação, não existe fórmula para a experiência do desconhecido. Devemos encorajar tudo e todos que possam contribuir para o avanço da

consciência... devemos considerar qualquer relação, qualquer valor, porque não conhecemos o futuro, e portanto, não sabemos nunca com certeza o que poderá enriquecê-lo." (1983:17) Williams nos alerta para o que está desconhecido, e somente poderá tornar-se conhecido a partir da colaboração de cada um cuja perspectiva relativiza as demais no processo de compreender o mundo e construir a convivência.

A cidade parece ser o lugar de convivência com os diferentes onde, ao lado da liberdade individual de "sermos quem somos", está a tarefa de enfrentar os muitos estranhos que habitam o espaço citadino. Com o estranho, a incerteza e a ambigüidade instalam-se nas relações de convivência, demandando a impessoalidade como novo código de relacionamento que, por vezes, tangencia a indiferença. A cidade é também o lugar que, como obra humana, precisa ser continuamente re-criada. Diferentemente da Natureza, que provoca seja a submissão ou a dominação, a cidade requer a imbricação permanente dos processos subjetivos e objetivos. Por exemplo, pela circulação na cidade, ela é ocupada e humanizada, ao mesmo tempo em que os indivíduos se modificam internamente para dar conta de determinados aspectos, como as novas disposições espaciais e temporais e as tecnologias que atravessam o cotidiano da grande cidade. Neste processo, tanto se humaniza a cidade, como se transforma o indivíduo por sua *participação* nesta totalidade maior.

Os jovens habitam a cidade aproveitando suas margens e seus interstícios para configurarem outros devires que se sobrepõem, às vezes silenciosamente, ao ritmo e ao *modus vivendi* hegemônicos da cidade. Embora não sejam reconhecidos pelo que acrescentam e modificam aos modos de ser, sentir e agir da cidade, eles re-significam a convivência social ao re-criarem o espaço e o tempo da cidade e a maneira de construírem a si mesmos. Por exemplo, surfistas e skatistas redesenham no imaginário de todos uma outra cidade, aquela de praias e rampas, protagonizando valores como o risco, a aventura e o prazer de viver. Na contra-corrente do frenesi do trabalho e da vida engolida pela velocidade, surfistas e skatistas escrevem outros 'textos urbanos' enfatizando o tempo de pausa e de prazer. Surfistas trazem um contraponto para a vida cronometrada, apressada, enfadonha e esmagadora do asfalto pontuando-a com o arrebatamento e a estranheza da convivência com a natureza. Skatistas reinventam a planura do asfalto como superfície de deslizamento e emoção, ou então, achegam-se às rampas para exercitar "rolés" e curtir a

convivência. A cidade, para muitos skatistas, torna-se a grande planície que os desafia na sua concretude de asfalto e cimento, demandando que seja habitada de outra maneira; aquela que dramatiza, através de circunvoluções do corpo, a apropriação arrebatadora de seus espaços duros de concreto. Assim, skatistas e surfistas propõem uma nova forma de habitar a cidade e aí participar: através de uma outra economia, que não a da produção, mas a do prazer e da liberdade (Castro, 2004).

Ainda, grafiteiros reivindicam sua participação na cidade pelo 'trabalho anônimo' que deixam estampado nos prédios e muros da cidade. Vitché, grafiteiro habitante da cidade de São Paulo, afirma que: "A gente vai ingerindo as coisas que a cidade passa e põe isso ali na hora. O que fazemos é um retrato do estado de espírito urbano." ⁱ Fazer aparecer a incomensurabilidade da vida urbana, o mal-estar, o caos e a intensidade que a caracterizam, aí parece residir o modo de estar e se fazer presente na cidade por parte dos grafiteiros, que, muitas vezes, na contra-corrente da ordem e da lei, pretendem reescrever e dar novo sentido à vida na cidade.

A inexistência de oportunidades formais de participação na construção dos modos de vida cidadina, a não ser de forma remota e, freqüentemente burocrática que se exerce pelo voto de tempos em tempos, se entretetece com formas larvares de participação. Essas não se estabelecem através de condições legitimadas e autorizadas de ação coletiva, mas através de movimentos singulares que reivindicam outras maneiras de se fazer reconhecer e estar frente ao outro. No isolamento e no anonimato da cidade, cada sujeito tem que construir aí seu lugar que se constitui como parte do processo de tornar-se si mesmo. Ao mesmo tempo, tem que se imaginar como parte 'de algo mais amplo': o grupo, o movimento, o coletivo. Tais formas larvares de participação, embora não enquadradas como ações coordenadas e organizadas de influência, pressão e decisão nos questionam sobre *outros devires*, ainda não autorizados, que subvertem as normas e valores do status quo. Pensar que a participação dos jovens possa se dar de forma mais ampla do que a prevista no enquadre estabelecido das convenções sociais e do jogo político, significa poder reconhecer as mobilizações inovadoras e imprevisíveis, assim como as redefinições de conceitos e valores que os jovens agregam à dinâmica social.

Influir sobre os processos decisórios de uma sociedade acontece também através da concorrência pela atenção pública, entendendo essa como mecanismo intermediário que

liga a opinião pública ao sistema político representativo. Portanto, cremos, alinhando-nos com Costa (1997), que a influência nos processos decisórios pode ser indireta, através da criação de alternativas de expressão e presença, e não apenas pela inserção nos circuitos de representação política. A criação de esferas públicas alternativas através de espaços comunicativos primários refaz os sentidos e as significações que são necessárias ao processo de renovação e transformação societária. Skatistas e surfistas, e outros jovens personagens do espaço urbano, não apenas impregnam a cidade de uma textualidade visual na contra-corrente dos valores hegemônicos. As rampas, para os skatistas, por exemplo, são espaços de convivência e construção de valores. Ser skatista significa compartilhar uma visão de mundo - por exemplo, muitos deles professam ser anarquistas (Castro, 2004) - cujo significado principal é 'ser livre'. Grafiteiros, por outro lado, afirmam que fazer o 'trabalho anônimo' nos muros e prédios da cidade significa emprestar outros modos de ver e construir a cidade. Assim, por parte dos diversos grupos juvenis, sua participação acontece através dos investimentos que re-criam a espacialidade urbana re-definindo seus usos e sentidos fazendo-se acompanhar de narrativas que contestam a ordem social vigente. Neste sentido, conclamam a atenção pública para outras formas de convivência.

Ao promoverem novos instituintes da ordem social, a participação de jovens não se faz de forma coordenada e sistemática cujo fim deliberado visa promover novas visões de mundo, como seria no âmbito das representações político-partidárias, mas consiste em aglutinar sujeitos em torno de ações coletivas que querem tornar públicas outras alternativas ao instituído. Ion e Ravon afirmam, a propósito, que o coletivo não seria, nesse caso, resultado de adesão a idéias e valores pré-estabelecidos, mas "de experiências públicas de si e do outro", quando o reconhecimento se faz, não por uma identificação a uma causa pronta, mas é construído como um processo que se mostra eventualmente aos demais (1998:66). Assim, é no espaço que *se torna público* a partir da visibilização de experiências inovadoras dos jovens que a participação desses pode liminarmente agregar valores estabelecendo tensões e conflitos à produção da vida social.

O 'nós' que se configura nas diversas experiências dos jovens na cidade parece condicionado à temporalidade em que os encontros se dão, sinalizando, de certo modo, a precariedade da invenção deste coletivo. No entanto, essa precariedade parece também ter a ver com os impasses do contemporâneo quando as incertezas e a efemeridade do presente

desestabilizam visões e projetos de longo prazo. Se o 'emprego acabou', se a certeza de uma trajetória da escola ao trabalho não está mais assegurada, se o futuro não nos pertence, importa, então, dar-se conta do que o presente contém e oferece. A construção de um 'nós' que resista às intempéries do presente parece um desafio. A própria vida cidadina incita à contingência das experiências na medida em que os territórios perdem suas marcas e características construídas ao longo de décadas, ou séculos, para dar lugar ao redimensionamento arrivista dos lugares agenciado pelo capital. Neste sentido, o 'nós' que se configura objetivado na concretude física das edificações da cidade não faz jus à história do lugar e das pessoas que vivem aí. Tem que se buscar nos vestígios - se é que não foram totalmente eliminados - as ressonâncias de um tempo que vai além da efemeridade do presente.

Não apenas a efemeridade, mas também a rarefação de suportes institucionais para a convivência, dificultam a construção do 'nós' pelos jovens. Em função desses aspectos, a participação dos jovens fica submetida a tais injunções refletindo, como afirmaram Gauthier e Gravel (2003), os impasses da nossa época. No Brasil, são poucos os espaços instituídos de sociabilidade destinados aos jovens, que se circunscrevem, principalmente, à escola. Crianças e jovens reiteram que vêm a escola como o espaço de fazer e encontrar os amigos, como um dos principais aspectos dessa instituição, mais até do que aprender os conteúdos disciplinares. A escola, por sua vez, parece resistente a assumir essa função - promover a sociabilidade - como uma de suas principais vocações na atualidade. A preocupação com a educação para a cidadania e participação se inscreve na escola, freqüentemente, em torno da internalização da regra feita pelos outros (os adultos, os professores), e não da negociação dos impasses e dos conflitos, apoiando-se, portanto, tanto numa visão procedural do direito (Cellier, 2001), como numa perspectiva sobre a democracia como um 'fora' da vida cotidiana. O direcionamento maior da escola de *falar sobre cidadania* não interpela os jovens à participação social e política, já que não funda outras maneiras de agir entre adultos e jovens baseadas na expressão de pensamento dos últimos (e também dos adultos, já que, muitas vezes, estão submetidos e silenciados pelo "sistema escolar"), e na discussão e elaboração das pautas de ação.

O contexto institucional das escolas parece não favorecer a negociação e a discussão, fundamentais para quaisquer processos de transmissão do conhecimento. A

ordem e a governabilidade constituem os princípios que regem as atividades escolares, e mesmo que emoções de insatisfação e descontentamento apareçam, mesmo que questões relativas à não convergência de posições e pontos de vista dêem lugar a conflitos e rixas, a invocação às regras e a manutenção do status quo assumem primazia sobre tais emergentes, tendo em vista outros objetivos a serem perseguidos. Tais objetivos previamente acordados devem ser mantidos, afastando, assim, as possibilidades de invenção do cotidiano que permanece encapsulado na previsibilidade dos resultados a serem atingidos. Conflitos e divergências são, em geral, contidos e abafados tendo em vista que geram dispersão em relação ao que deve ser alcançado: a reprodução dos conteúdos escolares do mestre para o aluno e internalização das regras de conduta.

Nos estudos que vimos realizando sobre participação dentro das escolas do Rio de Janeiro, pudemos observar as dificuldades que os jovens enfrentam para se dar a palavra mutuamente, para escutar o outro e se sentir aceitos e reconhecidos pelos colegas. Ao se propiciar aos jovens um espaço livre de fala e reflexão parece 'vir à tona' uma massa virulenta de emoções que entope as vias de comunicação: são queixas, ódios e ressentimentos, desconfianças e hostilidades. Assim, anteriormente a qualquer processo de construção de objetivos comuns e de pautas coletivas de ação, os jovens têm pela frente a tarefa inicial de construir uma sentimentalidade propícia à troca de idéias. Talvez seja difícil encamparem essa tarefa por si só sem o suporte dos adultos. Esses estão no lugar de quem pode eventualmente interpelar os mais jovens a um movimento e a uma ação que precisam ser desencadeados, mesmo que não saibam eles, os adultos, como esse movimento será realizado e qual o seu desenlace. A discussão sobre a experiência e a tradição em tempos de "presentismo" (Arjomand, 2000) é bem-vinda porque retoma, no contexto do contemporâneo, a importância do elo geracional, a solidariedade necessária entre as gerações para fazer face às demandas do viver nos dias de hoje.

Foi observado como é difícil e entrecortado o processo de construção de um 'nós' pelos jovens, até porque eles parecem não acreditar que poderão se falar sem que as agressões e as 'zooções' acabem por inviabilizar a conversa (Castro, 2005). O suporte institucional da escola é fundamental nesse processo, quando professores e a direção *acreditam* na capacidade dos alunos e lhes dão crédito. Significa um investimento paciente nas tentativas que os jovens ensaiam, tímida e canhestramente, de assumir

responsabilidades de sentir e dizer. No entanto, em algumas escolas, tanto a permissividade, como a imposição rígida de regras tornam difícil o investimento comum na re-invenção dos espaços coletivos. A primeira parece aludir ao desinteresse e à falta de limites, enquanto a segunda abole o prazer e a espontaneidade das relações entre professores e alunos. Em ambos os casos, essas condições institucionais não constituem um solo firme sobre o qual a construção de um 'nós' possa advir, resultado, não de uma pertença comum, mas de uma convergência deliberada de vontades em torno de ideais e metas.

Dizer de si para o outro pressupõe, então, um contexto interlocutório solidário em que os jovens possam trabalhar a *coragem* como capacidade necessária à vida em comum e à participação social. Novamente é Hannah Arendt (2002) que alude a essa virtude como sendo, por excelência, aquela essencial ao espaço público - coragem de dizer e de agir quando cada um aparece ao outro na sua singularidade. O sofrimento que é atualizado no dizer de cada sujeito refere-se à possibilidade de não ser ouvido. J. F. Lyotard afirma que a interlocução 'funda' a república na medida em que inclui todos aqueles que dizem de si demandando sua inclusão no coletivo: "A ameaça de ser privado da fala não é contingente; ela pesa constantemente sobre o direito de interlocução. É precisamente por isso que a república se torna indispensável. O sujeito falante sempre teme que um "fique quieto" impeça sua palavra" (1999:86). Neste sentido, a fala dos jovens pode emergir hesitante temendo ser rechaçada. Mesmo entre eles, a situação não é diferente, existindo a ameaça constante de ser silenciado pela zoação, pela hostilidade declarada ou pelo desprezo.

Não entramos no mundo como falantes, mas, ao contrário, como *infans*, ou seja, como aquele que não fala. Falamos para assumir nossa condição de sujeitos que querem e podem dizer de si ao outro, e neste sentido, interpomos à possibilidade da violência da linguagem do outro, que pode nos silenciar, um confronto e uma renúncia. Confronto que estabelece uma separação entre dois falantes, uma oposição para não ser subsumido no que o outro quer. Renúncia ao se abrir mão da fusão com o outro, e poder encarar a solidão da afirmação de si. Assim, parece não haver passagem automática ao "mundo dos falantes", uma assimilação que os jovens possam fazer sem problemas da comunicação com os outros, pois há sempre uma luta constante que se mantém acesa - até nossa morte - frente à regressão possível que é o não dizer, o emudecer.

Trabalhar com grupos de discussão de jovens permite acompanhá-los na taciturnidade do processo de criação de um 'nós' e das metáforas necessárias à passagem ao "mundo dos falantes". Num desses grupos, a metáfora foi a idéia de 'respeito' que traduziu o acordo necessário para que cada um pudesse falar sem ser silenciado pelo outro (Castro, 2005). 'Respeito' foi o *conceito* inventado pelo grupo ao longo de penosas discussões que tornou possível a tolerância dos conflitos sem que o grupo se desfizesse por causa deles. Como produção do grupo, o conceito de 'respeito' representou o espaço-momento simbólico de construção de um 'nós', quando e onde cada um consegue ser si mesmo e lançar-se para além de si - eu e nós ao mesmo tempo. Ainda que espaço-momento frágil e descontínuo ao longo da experiência do grupo, o conceito propiciou a re-significação da convivência em comum considerada somente possível 'se todos fossem iguais', ou seja, pensassem da mesma forma.

Num outro trabalho de discussão em grupo em que os jovens se propuseram a produzir um vídeo (Juncken, Mattos e Castro, 2004) sobre a vida de jovens pobres, suas oportunidades e suas dificuldades, apesar dos aspectos em comum que compartilhavam, as diferenças relativas às suas pertencas comunitárias (os jovens vinham de duas comunidades pobres diferentes no Rio de Janeiro) emergiram como foco de divisão e contradição. O trabalho de produção do vídeo demandou que essas diferenças pudessem ser enunciadas e debatidas, de modo a desfazer uma aparente igualdade entre os participantes, todos oriundos das classes populares. Ao escolherem finalmente a falta de oportunidades como tema do vídeo, os jovens de ambas comunidades puderam re-significar o sentido original que emprestaram àquela noção, ultrapassando-o. Para uns, que se acreditavam mais abastados, significou relativizar suas vantagens em relação aos outros, encarando a dureza da sua vida: "É na falta de oportunidades que começa a nossa realidade", diz uma jovem, podendo neste momento re-significar sua distância em relação aos jovens da outra comunidade, tornando-se mais próxima deles. Para outros, a falta de oportunidades foi re-significada para além de um determinismo impetrado seja pela pobreza, seja pela presença do tráfico de drogas como única opção na vida do jovem pobre. Portanto, a falta de oportunidades consistiu naquela metáfora que fez convergir diferenças entre os dois grupos, relativizando-as e criando um espaço em que todos puderam se sentir reconhecidos, ainda que não de forma idêntica.

O isolamento e o privatismo dos indivíduos nas sociedades contemporâneas e o fato de que aos políticos foi dada a tarefa de representar seus eleitores de modo a inventar as leis e os valores através dos quais todos vamos viver e conviver, devem ser analisados sob a perspectiva de formas emergentes de participação possíveis no contemporâneo. A participação política e social não é algo dado. Constrói-se na medida em que se a pratica. Os jovens enfrentam enormes dificuldades de construção de um espaço coletivo e de elaboração de uma versão válida e legítima da vida social; mesmo assim, conseguem, através de metáforas e textualidades, re-desenhar o espaço de convivência e re-significar seus códigos encenando alternativas de participação social. Esses são, a nosso ver, indicadores relevantes de que a descrença da juventude na política formal pode ser uma atitude reativa em relação à política, tal como instituída em nossa sociedade, e não uma abdicação de dizer, sentir e agir em comum.

ⁱ Entrevista dada ao *Jornal do Brasil*, publicada em 10 de janeiro de 1999, Caderno B.

Referências

Arendt, Hannah (2002). *O que é a Política?* (Fragmentos das Obras Póstumas compilados por Ursula Ludz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

Arjomand, Said Amir (2000) The Global Sociological Community and the Challenge to the Periphery. *International Sociology* 15 (1): 5-10.

Beck, Ulrich (1998) Le conflit des deux modernités et la question de la disparition des solidarités. *Lien Social et Politiques* 39, 15-25.

Castro, Lucia R. (2004) *A Aventura Urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj.

Castro, Lucia R. (2005) What sense is there now for the political? Youth's experience in collective action. Trabalho apresentado no Congresso Internacional Childhoods 2005, Oslo, Noruega, Julho 2005.

Cellier, Hervé (2001) Citoyenneté, école et projets fédérateurs: nouvelle cohérence sociale? Quelle citoyenneté à l'école? Em A. Vulbeau (org.) *La Jeunesse comme ressource. Experimentations et expérience dans l'espace public*. Paris: Éres.

Costa, Sergio (1997) Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos Cebrap* 47179-192.

Gauthier, Madeleine e Gravel, Pierre-Luc (2003) La participation des jeunes à l'espace public au Québec, de l'associationisme à la mobilisation. Em M. Gauthier (org.) *La Jeunesse au Québec*. Québec: Les Presses de l' Université de Laval.

Ion, Jacques e Ravon, Bertrand (1998) Causes publiques, affranchissement des appartenances et engagement personnel. *Lien Social et Politiques* 39, 59-71.

Juncken, Elaine, Mattos, Amana e Castro, Lucia R. (2004) Comunidades e Universidade: Construções e Interloquções de Jovens em Oficina de Vídeo. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira - JUBRA, outubro 2004.

Lyotard, Jean-François (1999) The Other's Rights. In O. Savic (ed.) *The Politics of Human Rights*. London: Verso, 181-188.

Minayo, M. C. et al. (1999) *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.

Mische, Ann (1997) De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação* 5/6, 134-150.

Müxel, Anne (1997) Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem "rótulos". *Revista Brasileira de Educação* 5/6, 151-166.

Souza, Jessé (2000) A dimensão política do reconhecimento social. Em L. Avritzer e J. M. Domingues (orgs.) *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

Welti, C. (2002) Adolescents in Latin America: Facing the Future with Skepticism. In B. Brown, R. Larson & T. Saraswathi (eds.) *The World's Youth: Adolescence in Eight Regions of the Globe*. Cambridge: Cambridge Univ Press, 276-306.

Williams, Raymond (1983) *Culture and Society*. London: Penguin.

Lucia Rabello de Castro é professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Coordenadora do

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC). Pesquisadora do CNPQ.

Jane Correa é professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPQ.